



Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Pilar 3

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

4º Trimestre de 2025 – Resolução BCB Nº 54/2020

Índice

1. Objetivo	4
2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	5
2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	5
2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	7
2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	13
3. Comparação entre informações contábeis e prudenciais	14
3.1 LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	14
3.2 LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	15
3.3 LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	16
3.4 PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	16
4. Composição do capital	16
4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)	16
4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	17
4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	21
5. Indicadores macroprudenciais	22
5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP Contracíclico	22
6. Razão de Alavancagem (RA)	22
6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	22
6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	23
7. Risco de Liquidez	23
7.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	23
8. Risco de Crédito	26
8.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	26
8.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições	28
8.3 CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	29
8.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	29
8.4 CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	31
8.5 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	31
8.6 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	32

8.7 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)	33
9. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	36
9.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte	36
9.2 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	36
9.3 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco.....	36
9.4 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	37
9.5 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito.....	37
9.6 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	38
10. Exposições de Securitização	38
10.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	38
11. Risco de Mercado.....	38
11.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado ...	38
11.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado	40
11.3 Carteira de Derivativos	40
12. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	41
12.1 IRRBBA: Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB	41
12.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	44
13. Remuneração de Administradores	45
13.1 REMA: Política de remuneração	45
13.2 REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência	50
13.3 REM2: Pagamentos extraordinários.....	50
13.3 REM3: Remuneração diferida	51
14. Risco Operacional.....	51
14.1 ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional....	51
14.2 OR1: Histórico de perdas operacionais	55
14.3 OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI).....	55
14.4 OR3 - requerimento de capital para o risco operacional	56

1. Objetivo

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do relatório de Pilar 3, apresentamos o relatório do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob com as informações requeridas pelo BCB.

A Resolução BCB nº 54/2020 define o escopo, o formato e a periodicidade de divulgação das informações. Neste relatório, as informações estão organizadas em tabelas com formato fixo e flexível, com o objetivo de manter a comparabilidade entre as instituições, reduzir a assimetria de informações e fomentar a disciplina de mercado.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital apresenta a especificação das informações que devem ser divulgadas, as diretrizes e as responsabilidades das áreas envolvidas no processo de elaboração e divulgação do relatório, bem como a responsabilidade dos controles internos, visando garantir a fidedignidade das informações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

As informações deste relatório têm como base o trimestre findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em conformidade com a Resolução CMN 4.955/2021 e regulamentações complementares, o Conglomerado Banco Sicoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atender aos requerimentos regulatórios e à gestão estratégica da instituição.

O PR é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O PR é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Banco Sicoob – consolidado do Banco Sicoob, empresas controladas (Sicoob DTVM e Sicoob Consórcios) regulamentadas pelo BCB e os fundos de investimento (previdenciário e imobiliário).

O BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras que são monitorados pela apuração do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.958/2021.

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reservas adicionais de capital suficientes para absorção de perdas inesperadas devido aos ciclos econômicos e ao risco sistêmico, reduzindo os potenciais impactos na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado em conformidade com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.



Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 31/12/2025

		R\$ mil				
		a	b	c	d	e
		dez-25	set-25	jun-25	mar-25	dez-24
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	5.889.401	5.555.740	5.417.076	5.156.547	4.891.874
	Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo:					
1a	- art. 4º, caput, inciso I, alínea "I", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou - art. 3º, caput, inciso I, alínea "I", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.	5.882.653	5.548.992	5.410.328	-	-
2	Nível I	6.497.954	6.190.000	6.024.247	5.782.018	5.495.657
2a	Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	6.491.206	6.183.252	6.017.498		
3	Patrimônio de Referência (PR)	6.497.954	6.190.000	6.024.247	5.782.018	5.495.657
3a	Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	6.491.206	6.183.252	6.017.498		
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	33.837.545	32.724.452	32.619.936	31.130.045	28.420.079
	RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.					
4b		33.830.796	32.717.704	32.613.188	-	-
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	17,40%	16,98%	16,61%	16,56%	17,21%
	Índice de Capital Principal (ICP) considerando:					
5a	- Numerador: corresponde à linha 1a	17,39%	16,96%	16,59%	-	-
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
6	Índice de Nível 1 (%)	19,20%	18,92%	18,47%	18,57%	19,34%
	Índice de Nível 1, considerando:					
6a	- Numerador: corresponde à linha 2a	19,19%	18,90%	18,45%	-	-
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
7	Índice de Basileia	19,20%	18,92%	18,47%	18,57%	19,34%
	Índice de Basileia, considerando:					
7a	- Numerador: corresponde à linha 3a	19,19%	18,90%	18,45%	-	-
	- Denominador: corresponde à linha 4b					
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	10,40%	9,98%	9,61%	9,56%	10,21%
12a	Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	10,39%	9,96%	9,59%	-	-
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	196.333.101	204.174.769	189.918.779	168.003.521	157.427.161
	Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.					
13a		196.326.353	204.168.021	189.912.031	-	-
14	RA (%)	3,31%	3,03%	3,17%	3,44%	3,49%
	RA considerando:					
14a	i. Numerador: corresponde à linha 2a	3,31%	3,03%	3,17%	-	-
	ii. Denominador: corresponde à linha 13a					
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Para compreensão das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Conglomerado Banco Sicoob é necessário o entendimento de conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Banco está inserido, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Suas atividades são orientadas para manutenção de relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, atendendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos.

No que se refere ao gerenciamento integrado de riscos e ao gerenciamento de capital, o Banco Sicoob opera como unidade independente das cooperativas, exercendo funções específicas, mas aderentes às políticas sistêmicas do Sicoob. Essas políticas são detalhadas em manuais que estabelecem procedimentos, atribuições e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados.

O Banco Sicoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento integrado de riscos e de gerenciamento de capital do seu conglomerado prudencial, das demais empresas controladas e da fundação patrocinada.

O conglomerado prudencial é composto pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A, Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda e ainda, pelo Fundo de Investimento Imobiliário Sicoob Agências. O fundo de investimento faz parte do conglomerado por possuir característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

Adicionalmente às empresas e ao fundo de investimento que compõem o conglomerado, é controlada pelo Banco Sicoob a empresa Sicoob Participações em Seguridade S.A.

O Banco Sicoob adota documento formal e sistemas de controle específicos de delegação de alçadas como componente do processo de definição de apetite por riscos. O documento determina as alçadas para a realização de operações e processos entre os diversos níveis da estrutura organizacional e funcional da instituição no que se refere, principalmente, mas não exclusivamente, às operações de crédito, compra e venda de títulos e valores mobiliários, gestão administrativa e liquidação financeira.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR) são disseminadas na instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no Gerenciamento Integrado de Riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

O Sicoob possui Política Institucional de Divulgação de Informações que estabelece as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório de Pilar 3, as informações a serem divulgadas, a governança da divulgação de

informações e os controles adotados para garantir a fidedignidade e os critérios de relevância na divulgação de informações, conforme art. 56 da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Governança de gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis, e o relacionamento entre as instâncias de governança.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às atividades do conglomerado prudencial. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos, conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações entre os riscos considerados relevantes.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas que consideram a adoção de medidas de contingência.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos no conglomerado.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o conglomerado Banco Sicoob adota o modelo das 3 (três) linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão do risco operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha: avaliação independente pela auditoria interna.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e dos requisitos regulamentares.

Os sistemas, modelos e procedimentos utilizados para o gerenciamento de riscos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura unificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O modelo de gerenciamento de riscos prevê a identificação dos riscos inerentes a novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição, estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos, reorganizações societárias significativas e alteração nas perspectivas macroeconômicas.

Canais de disseminação da cultura de risco na instituição

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, sendo os principais canais internos a *intranet* e Universidade Sicoob e a comunicação externa, por meio de disponibilização de relatórios no sítio do Sicoob.

Na *intranet* são disponibilizadas as políticas, os manuais, as circulares, cartas-circulares, os regulamentos e a relação dos normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores, aplicáveis a todas as empresas do conglomerado e controladas pelo Banco Sicoob.

As informações sobre os níveis de apetite por riscos, apresentadas na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), nas políticas, estratégias e em processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR), são disseminadas na instituição, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com a área de atuação.

O programa de treinamento voltado para o Gerenciamento Integrado de Riscos prevê a promoção de ações educacionais que proporcionem a capacitação contínua dos empregados dos grupos gerencial e técnico do Banco Sicoob, das empresas controladas, da fundação patrocinada e dos prestadores de serviços relevantes. Alguns dos treinamentos disponíveis na Universidade Sicoob são:

- a) risco operacional e gestão de continuidade de negócios;
- b) risco de crédito e risco social, ambiental e climático;
- c) prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo – PLD/FT;
- d) pacto de ética;
- e) prevenção e combate a fraudes;
- f) lei geral de proteção de dados;
- g) governança e *compliance*;

h) segurança cibernética

O Pacto de Ética do Sicoob é aplicável aos componentes da estrutura organizacional das entidades do Sicoob. Tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais com padrões de comportamento. Os valores preconizados no referido pacto estão pautados em preceitos legais, éticos, morais e nos bons costumes.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

A estrutura de gerenciamento é unificada para o conglomerado Banco Sicoob e adota uma postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos.

São implementados mecanismos que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos a que o conglomerado Banco Sicoob está exposto, incluindo os riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos de capital e a interação entre eles.

O risco é inerente a qualquer atividade e pode envolver perdas, bem como oportunidades, e deve ser gerenciado a fim de subsidiar à administração na tomada de decisão.

Visando alcançar os objetivos e as metas do conglomerado Banco Sicoob, a alta administração define o apetite por riscos, estabelecendo níveis de limites como parâmetros de mitigação do risco, por meio de mecanismos de monitoramento contínuo e integrado.

O gerenciamento de riscos abrange os riscos financeiros e não financeiros, os quais possuem manuais institucionais estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

O conglomerado Banco Sicoob possui metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos regulamentares e que representam o apetite por riscos, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente.

Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

Para assessorar o Conselho de Administração nos processos de gerenciamento de riscos e de capital, o Banco Sicoob possui 2 (dois) comitês: o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário e de caráter permanente, e o Comitê de Riscos (Coris), órgão de caráter permanente. Suas atribuições estão definidas no Estatuto Social e nos respectivos Regimentos Internos. Os referidos documentos estão disponibilizados na *intranet*.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e ao programa de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Os reportes são realizados por meio de relatórios e apresentações institucionais, para atendimento dos cronogramas de cada órgão de governança, e abrangem avaliação dos resultados:

- a) da gestão dos riscos (crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, imagem, estratégia e gestão de continuidade de negócios);
- b) dos controles internos, riscos de conformidade, cibernético, PLD/FT e prevenção a fraudes;
- c) gestão de capital;
- d) relatório de gerenciamento de riscos e de capital Pilar 3;
- e) ocorrências de denúncias, erros, fraudes e descumprimento de dispositivos legais, normativos, regulamentos e código internos;
- f) programa de testes de estresse;
- g) revisão de políticas de riscos e de capital;
- h) revisão da RAS, programas e planos relativos à gestão integrada de riscos e de capital.

Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse (PTE) abrange um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades do conglomerado Banco Sicoob.

O teste de estresse destaca-se como um dos componentes primordiais para o gerenciamento de risco. Tem como objetivo avaliar de forma prospectiva os potenciais impactos de eventos e as circunstâncias adversas na instituição, se a instituição apresenta níveis adequados de capital, liquidez ou valor de um portfólio e se os impactos não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O PTE incorpora a metodologia de análise de sensibilidade, sendo consideradas as contribuições de especialistas das áreas de assunção de riscos, de gerenciamentos de riscos, da área econômica, de finanças e de gerenciamento de capital.

O Conselho de Administração e os demais órgãos de governança se envolvem ativamente no PTE.

O teste incorpora a utilização de variáveis macroeconômicas e de mercado, bem como outras variáveis que afetam a gestão.

As deficiências ou limitações metodológicas dos testes de estresse, incluindo aquelas relacionadas aos modelos quantitativos, às suas premissas e às bases de dados utilizadas, abrangendo a avaliação de sua factibilidade em situações de estresse, são explicitadas aos órgãos de governança e elencadas as ações para corrigir as fragilidades apontadas pelo programa.

Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

O acompanhamento do apetite por riscos e a sua consequente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque para eventuais exceções dos limites, as quais exigem planos de ação, incluindo datas para as respectivas adequações.

A mitigação dos riscos do conglomerado Banco Sicoob resulta das boas práticas descritas nas políticas e manuais e está alicerçada em alguns pilares fundamentais como a adoção e padronização de critérios técnicos de análise e aceitação de risco, da tomada de decisões colegiadas, do monitoramento permanente e integrado dos riscos, do planejamento estratégico robusto e integrado e da utilização de estrutura técnica especializada e centralizada.

Os pilares descritos estão alicerçados em aspectos indispensáveis para que a estrutura de gerenciamento de riscos funcione como previsto. A adoção de mecanismos padronizados e de critérios formais de decisão reduz a possibilidade de eventos de risco que possam implicar em perdas pela instituição.

Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é coordenado pela Diretoria Financeira e Administrativa, centralizado na área de Planejamento Financeiro, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap), visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica.

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é realizado de forma integrada com as demais diretorias, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos.

Compõem o Cocap as seguintes áreas: estratégia e gestão, gestão integrada de riscos, administração e contadoria e planejamento financeiro.

A estrutura de gerenciamento de capital é um processo contínuo que busca:

- a) realizar o monitoramento e controle do capital pelos órgãos de governança corporativa;
- b) avaliar as necessidades de capital em face à exposição ao risco do conglomerado Banco Sicoob, bem como realizar simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse), e seus impactos no capital regulamentar;
- c) planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado Banco Sicoob para o horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pelo conglomerado.

Adicionalmente, dispõe de um plano de capital que prevê as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital.

O plano de capital está alinhado às diretrizes estratégicas e de capital do Sicoob para o horizonte de 3 (três) anos, possui periodicidade de revisão semestral e

acompanhamento trimestral pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) e pela Diretoria Executiva.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados são apresentados, semestralmente, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela auditoria interna.

2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.958/2021, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente a soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Sendo:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

As metodologias utilizadas pelo Banco Sicoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do PR, objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

		R\$ mil		
		a	b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR
		dez-25	set-25	dez-25
1	Risco de crédito em sentido estrito	25.593.684	24.541.726	2.047.495
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	25.593.684	24.541.726	2.047.495
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	12.196	16.470	976
7	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	NA	NA	NA
7a	Do qual: requerimento calculado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9	Do qual: mediante demais abordagens	12.196	16.470	976
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	108	101	9
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0
20	Risco de mercado	572.213	327.454	45.777
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	572.213	327.454	45.777
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
24	Risco operacional	4.818.249	4.818.249	385.460
1	Risco de Pagamentos (RWASP)	1.748.277	1.621.009	139.862
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	1.092.817	1.399.444	87.425
29	Total	33.837.545	32.724.452	2.707.004

3. Comparação entre informações contábeis e prudenciais

3.1 LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

Os valores registrados nas demonstrações financeiras e sujeitos ao tratamento prudencial foram considerados em sua totalidade nas exposições, dessa forma não há diferença entre os valores reportados.

Os ajustes prudenciais são realizados com base na Resolução CMN 4.227/2013, observando as metodologias e procedimentos definidos em Manual específico. A metodologia de marcação a mercado é desenvolvida pela Área de Riscos de Mercado e de Liquidez e passa por um processo dinâmico de monitoramento e revisão anual, com o objetivo de garantir a aderência às melhores práticas de mercado.

Os preços utilizados no processo de marcação a mercado dos ativos financeiros, preferencialmente, são preços obtidos de fonte primária de mercado. Em caso de indisponibilidade de dados fornecidos pelas fontes primárias, o Comitê de Apreçamento de Ativos Financeiros (Copat) avaliará a metodologia a ser adotada, para submeter à alçada decisória. Para os títulos privados com pouca liquidez e que não são divulgados preços de mercado, são utilizadas metodologias interna para estimar o preço de referência para marcação a mercado.

O processo de validação da precificação de ativos é realizado por área independente das áreas de negócio e de precificação, sendo sujeitos à verificação da auditoria interna e externa.

3.2 LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

	R\$ mil								
	a	b	c			d	e	f	g
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulação prudencial	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria			Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativos									
Disponibilidades	310.608	310.608	310.608	-	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros	188.862.969	188.862.969	138.489.586	42.754.220	-	-	500	7.618.664	
Ativos financeiros ao Custo Amortizado	184.286.760	184.286.760	133.984.578	42.749.106	-	-	-	7.553.077	
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para perdas esperadas	48.875.788	48.875.788	6.126.683	42.749.106	-	-	-	-	
Depósitos compulsórios no Banco Central	5.613.789	5.613.789	5.613.789	-	-	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	45.690.503	45.690.503	45.690.503	-	-	-	-	-	
Relações interfinanceiras, líquido de provisão para perdas esperadas	43.400.658	43.400.658	35.847.581	-	-	-	-	7.553.077	
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas esperadas	22.895.719	22.895.719	22.895.719	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito	23.185.014	23.185.014	23.185.014	-	-	-	-	-	
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(289.295)	(289.295)	(289.295)	-	-	-	-	-	
Outros créditos, líquido de provisão para perdas esperadas	1.388.530	1.388.530	1.388.530	-	-	-	-	-	
Outros ativos financeiros	16.421.773	16.421.773	16.421.773	-	-	-	-	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	4.464.808	4.464.808	4.464.808	-	-	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	4.464.808	4.464.808	4.464.808	-	-	-	-	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	111.401	111.401	40.200	5.114	-	-	500	65.587	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	111.401	111.401	40.200	5.114	-	-	500	65.587	
Outros Ativos	1.451.871	1.451.871	1.451.871	-	-	-	-	-	
Outros Ativos	1.451.871	1,451.871	1,451.871	-	-	-	-	-	
Créditos Tributários	533.050	533.050	533.050	-	-	-	-	-	
Investimentos	202.199	202.199	202.199	-	-	-	-	-	
Controladas e coligadas	193.217	193.217	193.217	-	-	-	-	-	
Propriedades para Investimento	8.982	8.982	8.982	-	-	-	-	-	
Imobilizado	510.935	510.935	510.935	-	-	-	-	-	
Imobilizado de uso	867.028	867.028	867.028	-	-	-	-	-	
(-) Depreciações acumuladas	(356.093)	(356.093)	(356.093)	-	-	-	-	-	
Intangível	94.209	94.209	-	-	-	-	-	94.209	
Direitos de uso de software	190.617	190.617	-	-	-	-	-	190.617	
(-) Amortizações acumuladas	(96.408)	(96.408)	-	-	-	-	-	(96.408)	
Total de ativos	191.965.841	191.965.841	141.498.248	42.754.220	-	-	500	7.712.873	
Passivos									
Passivos financeiros ao Custo Amortizado	182.576.820	5.934.671	-	5.934.671	-	-	-	-	
Depósitos	129.035.178	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.549.484	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações por operações compromissadas	5.934.671	5.934.671	-	5.934.671	-	-	-	-	
Obrigações por empréstimos e repasses	16.333.750	-	-	-	-	-	-	-	
Transações de pagamentos	4.374.791	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	788	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	16.348.158	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões	949.197	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões para contingências	30.382	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões para garantias prestadas	1.346	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Provisões	917.469	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações fiscais	338.398	-	-	-	-	-	-	-	
Impostos correntes	334.270	-	-	-	-	-	-	-	
Outras obrigações fiscais diferidas	4.128	-	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos	2.121.816	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações sociais e estatutárias	30.852	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações fiscais e previdenciárias	117.540	-	-	-	-	-	-	-	
Outras obrigações	1.973.424	-	-	-	-	-	-	-	
Total de passivos	185.986.231	5.934.671	-	5.934.671	-	-	-	-	

3.3 LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

SICOOB

Tabela LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2025

R\$ mil

	a	b	c	d	e
	Total	Valores			
		Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
1 Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	184.252.969	141.498.248	42.754.220	-	500
2 Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	5.934.671	-	5.934.671	-	-
3 Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	178.318.298	141.498.248	36.819.549	-	500
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	4.418.392	4.418.392	-	-	-
5 Diferenças no apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
6 Outras diferenças	6.748	6.748	-	-	-
7 Total de ativos	182.743.438	145.923.389	36.819.549	-	500

3.4 PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

SICOOB

Tabela PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2025

R\$ mil

	a	b	c	d	e	f	g	h
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	2.060	-	-	-	2.060	-	2.060
3 Custo de liquidação das posições	-	2.060	-	-	-	2.060	-	2.060
4 Concentração de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Risco de modelo	-	-	-	-	-	-	-	-
7 Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Total	-	2.060	-	-	-	2.060	-	2.060

4. Composição do capital

4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA está disponível em <http://www.sicoob.com.br/web/relacaocooperados/publicacoes>, na seção "Gerenciamento de Riscos e de Capital" no formato de planilha no arquivo Anexo I - Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - 4º Trimestre_2025.

4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)



Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2025

	a	R\$ mil b
	Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
1 Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	5.332.907	(a)
2 Reservas de lucros	640.152	(b)
3 Outras receitas e outras reservas	5.807	(c)
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	3.174	(d)
6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	5.982.040	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	2.060	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9 Ativos intangíveis	94.209	(e)
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-	
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	415	(f)
17 Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18 Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19 Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21 Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22 Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	

23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(1.985)	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	1.985	(g)
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	92.639	
29	Capital Principal	5.889.401	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	608.553	(h)
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	608.553	
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	608.553	
45	Nível I	6.497.954	

Nível II: instrumentos		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	-	
59	Patrimônio de Referência	6.497.954	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	33.837.545	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	17,40%	
62	Índice de Nível I (IN1)	19,20%	
63	Índice de Basileia (IB)	19,20%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,50%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACP _{Conservação}	2,50%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACP _{Contracíclico}	0,00%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistemática de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	0,00%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	10,40%	

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	193.217	(i)
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	243.910	(j)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial



Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2025

	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
R\$ mil			
Ativo			
Disponibilidades	310.608	-	
Instrumentos Financeiros	188.862.969	-	
Ativos financeiros ao Custo Amortizado	184.286.760	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para	48.875.788	-	
Depósitos compulsórios no Banco Central	5.613.789	-	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	45.690.503	-	
Relações interfinanceiras, líquido de provisão para perdas esperadas	43.400.658	-	
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas esperadas	22.895.719	-	
Operações de Crédito	23.185.014	-	
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(289.295)	-	
Outros créditos, líquido de provisão para perdas esperadas	1.388.530	-	
Outros ativos financeiros	16.421.773	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	4.464.808	-	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	4.464.808	-	
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	111.401	-	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	111.401	-	
Outros Ativos	1.451.871	-	
Outros Ativos	1.451.871	-	
Créditos Tributários	533.050	243.910	(j)
Investimentos	202.199	-	
Controladas e coligadas	193.217	193.217	(i)
Propriedades para Investimento	8.982	-	
Imobilizado	510.935	-	
Imobilizado de uso	867.028	-	
(-) Depreciações acumuladas	(356.093)	-	
Intangível	94.209	94.209	
Direitos de uso de software	190.617	190.617	(e)
(-) Amortizações acumuladas	(96.408)	(96.408)	(e)
Total de ativos	191.965.841	338.119	
Passivo			
Passivos financeiros ao Custo Amortizado	182.576.820	608.553	
Depósitos	129.035.178	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.549.484	608.553	(h)
Obrigações por operações compromissadas	5.934.671	-	
Obrigações por empréstimos e repasses	16.333.750	-	
Transações de pagamentos	4.374.791	-	
Instrumentos financeiros derivativos	788	-	
Outros	16.348.158	-	
Provisões	949.197	-	
Provisões para contingências	30.382	-	
Provisões para garantias prestadas	1.346	-	
Outras Provisões	917.469	-	
Obrigações fiscais	338.398	-	
Impostos correntes	334.270	-	
Outras obrigações fiscais diferidas	4.128	-	
Outros passivos	2.121.816	-	
Obrigações sociais e estatutárias	30.852	-	
Obrigações fiscais e previdenciárias	117.540	-	
Outras obrigações	1.973.424	-	
Total de passivos	185.986.231	608.553	
Patrimônio líquido			
Patrimônio Líquido	5.974.847	5.974.847	
Capital social	5.332.907	5.332.907	(a)
Reservas de capital	1.732	1.732	(c)
Reserva de lucro	638.563	638.563	(b)
(-) Ações em tesouraria	(415)	(415)	(f)
Outros resultados abrangentes	2.060	2.060	(c)
Participação de acionistas não controladores	4.763	4.763	
Capital social	3.174	3.174	(d) (g)
Reservas de lucro	1.589	1.589	(b) (g)
Patrimônio líquido total	5.979.610	5.979.610	

5. Indicadores macroprudenciais

5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico

SICOOB					
Tabela CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico					
Frequência: Semestral					
Data de Atualização: 31/12/2025					
R\$ mil					
	a	b	c	d	e
	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACPContracíclico			Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACPContracíclico
ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário		RWACPrNB		
Jurisdição					
Brasil	-	-	26.263.031		
Subtotal		-	26.263.031		
Total		-	26.263.031	-	-

6. Razão de Alavancagem (RA)

6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

SICOOB		R\$ mil
Tabela LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)		31/12/2025
Frequência: Semestral		
Data de Atualização: 31/12/2025		
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	191.965.841
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	191.965.841
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	9.991
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	26.456
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	4.418.392
7	Outros ajustes	(87.578)
8	Exposição Total	196.333.101

6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

		R\$ mil	
		a	b
		dez-25	set-25
SICOOB			
Tabela LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem			
Frequência: Trimestral			
Data de Atualização: 31/12/2025			
Itens contabilizados no balanço patrimonial			
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	149.218.252	134.785.214
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(94.209)	(88.272)
3	Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	149.124.043	134.696.942
Operações com instrumentos financeiros derivativos			
4	Valor de reposição em operações com derivativos	5.114	94
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	9.991	7.563
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8	Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	-	-
9	Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
10	Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	15.105	7.657
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)			
12	Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	42.749.106	65.197.379
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	26.456	44.989
15	Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	42.775.562	65.242.368
Itens não contabilizados no balanço patrimonial			
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	38.640.754	37.777.057
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(34.222.362)	(33.549.254)
19	Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	4.418.392	4.227.802
Capital e Exposição Total			
20	Nível I	6.497.954	6.190.000
21	Exposição Total	196.333.101	204.174.769
Razão de Alavancagem (RA)			
22	Razão de Alavancagem (%)	3,31%	3,03%

7. Risco de Liquidez

7.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes e políticas para o gerenciamento de risco de liquidez e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho dessa atribuição.

O diretor de riscos e controles (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento de risco de liquidez. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

O Comitê de Gestão de Caixa (Cogec) tem por objetivo estabelecer, diariamente, a gestão dos recursos de caixa do dia seguinte. O Cogec é subordinado à Diretoria Executiva.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança de informações em situação de normalidade e estresse para avaliação de situações críticas que consideram a adoção de medidas de contingência.

Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação de fontes e de prazos de captação

O Banco Sicoob opera com recursos próprios e de terceiros, provenientes de repasse ou não, para atender as demandas dos produtos financeiros, respeitando sempre as disposições normativas internas e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que regulamentam prazos, lastros e taxas.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- a) definição de apetite por riscos;
- b) processos que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez;
- c) processos que assegurem a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando avaliação diária das operações ou com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias;
- d) manutenção de recursos de ativos líquidos que possam, prontamente, ser convertidos em caixa, em situações de estresse;

A disponibilidade de fontes de *funding* são diversificadas e estáveis, monitoradas por meio de indicador de concentração e avaliação de prazos médios.

A política de taxas de captação praticadas pelo Banco Sicoob está consonante com o mercado financeiro e busca o equilíbrio entre ativos e passivos, visando mitigar o risco de liquidez, em linha com o apetite por risco do Sicoob.

Estratégia de mitigação do risco de liquidez

O acompanhamento do apetite por risco e a sua conseqüente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque para suficiência de ativos líquidos para suportar potenciais saídas de recursos esperadas e inesperadas, correntes e futuras do fluxo de caixa.

Descrição da utilização dos testes de estresse para fins de gerenciamento do risco de liquidez

São realizados testes de estresse trimestrais com base em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da instituição.

Os resultados dos testes de estresse são considerados para simular os impactos nos ativos de alta liquidez, com o objetivo de avaliar se a instituição possui liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos do fluxo de caixa projetado no curto prazo.

Descrição resumida do plano de contingência de liquidez

O plano de contingência é regularmente atualizado e estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, claramente definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

As medidas estão descritas em políticas internas, podendo abranger a venda ou troca de ativos e passivos, alteração na composição das captações, redução dos desembolsos relacionados à concessão de créditos e às captações por meio de contratação de empréstimos.

Descrição das ferramentas, métricas e dos limites utilizados para o gerenciamento de risco de liquidez

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

8. Risco de Crédito

8.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A forma como o modelo de negócios é refletida no perfil de risco de crédito da instituição

O Banco Sicoob apresenta modelo de negócios voltado para o atendimento de demandas de crédito e de serviços ativos e passivos para as cooperativas de crédito e seus cooperados. Nesse sentido, foram estabelecidos modelos padronizados de classificação de risco de tomadores e operações de crédito e definidos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), limites prudenciais de exposição, bem como limites aceitáveis de inadimplência com segmentos específicos.

Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito de contrapartes (pessoas físicas, pessoas jurídicas e instituições financeiras) e de operação.

Os modelos de avaliação de risco da contraparte consideram informações cadastrais, financeiras e/ou comportamentais, dados de fontes externas e avaliações qualitativas de analistas, especialistas e gestores. As metodologias têm o seu poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado. Tendo em vista as características citadas, a metodologia de risco de operação contempla todas as exigências da Resolução CMN 2.682/1999.

O módulo de Classificação de Risco e Limite - CRL efetua críticas dos dados e registra históricos das análises das contrapartes e os respectivos limites de crédito. As classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira global.

Os modelos são baseados na estimação da Perda Esperada (PE) da operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE=PD\times LGD\times EAD$$

Onde:

Probabilidade de descumprimento ou Probability of Default (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco da contraparte;

Perda dado o descumprimento ou Loss Given Default (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes, para recuperação do crédito, que pode ser influenciado por características das operações e pela existência de garantias;

Exposição ao descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Adicionalmente, no Programa de Testes de Estresse é avaliada a suficiência de capital do Banco Sicoob, em decorrência da deterioração das condições de crédito. Nos testes de estresse são realizadas simulações e análises baseadas em cenários da depreciação da carteira de crédito do Banco Sicoob, com a utilização da metodologia *Ad Hoc*, que consiste na piora hipotética no nível das operações da carteira e o aumento da inadimplência pelo efeito dos ciclos econômicos, a fim de observar o impacto no capital.

Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito e o cumprimento das estratégias;
- f) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas para as entidades do conglomerado;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- i) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- j) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- k) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais, a formação de comitês específicos e independentes e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e a Diretoria de Riscos e Controles é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração promover a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna e os resultados apresentados nos relatórios de auditoria serão utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o Conselho de Administração, Comitê de Riscos e a Diretoria da Instituição

Como parte do gerenciamento do risco de crédito são realizados reportes, mensais, à Diretoria Executiva (Direx), ao Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, que determinam as diretrizes a serem adotadas quanto ao gerenciamento de risco e aos comitês instituídos.

Nos reportes mensais aos órgãos colegiados são apresentados os indicadores que atestam a qualidade da carteira de crédito do banco e a sua aderência com o apetite ao risco, como o acompanhamento das variações das principais carteiras de crédito, do índice de provisionamento, da inadimplência e do índice de cobertura.

8.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições

SICOOB							
Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições							
Frequência: Semestral							
Data de Atualização: 31/12/2025							
R\$ mil							
	a	b	c	d	f	g	
	Valor Bruto		Provisões, Adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACIRB	Valor Líquido	
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos					
1	Concessão de crédito	1.045.532	75.784.642	510.326	510.326	-	76.319.847
2	Títulos de dívida	-	56.261.871	327	327	-	56.261.545
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	49.518.315	-	-	-	49.518.315
2b	dos quais: outros títulos	-	6.743.556	327	327	-	6.743.230
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	647.860	37.567.490	122.948	122.948	-	38.092.402
4	Total	1.693.392	169.614.003	633.600	633.600	-	170.673.794

8.3 CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos



Tabela CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2025

		R\$ mil
		dez-25
		Total
1	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	1.599.088
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	175.073
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(6.686)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	(9.174)
5	Outros ajustes	(64.909)
6	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente	1.693.392

8.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total das exposições	Total das exposições por regiões geográficas						R\$ mil
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Território Nacional ¹	Total
	Concessão de crédito	4.233.639	473.906	1.894.746	65.498.187	4.729.695	-
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	56.261.545	56.261.545
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	145.490	-	-	38.069.860	-	-	38.215.350
Total das exposições	4.379.129	473.906	1.894.746	103.568.048	4.729.695	56.261.545	171.307.068

¹ Corresponde aos títulos públicos brasileiros

Total das exposições	Total das exposições por prazo remanescente de vencimento					R\$ mil
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
	Concessão de crédito	19.900.932	17.268.361	21.089.509	18.571.372	76.830.173
Títulos de dívida	2.731.667	6.690.699	34.216.920	12.622.259	56.261.545	
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	21.368.971	16.814.848	31.530	-	38.215.350	
Total das exposições	44.001.570	40.773.908	55.337.959	31.193.631	171.307.068	

Total das exposições por setor econômico	R\$ mil	
	Valor Líquido	Valor Bruto
	Concessão de crédito	76.319.847
Atividades Financeiras, De Seguros E Serviços Relacionados	36.728.655	36.776.451
Pessoa Física	18.185.887	18.427.809
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca E Aquicultura	13.239.758	13.303.431
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	2.857.514	2.917.235
Indústrias De Transformação	1.935.929	1.965.856
Transporte, Armazenagem E Correio	1.010.476	1.026.023
Saúde Humana E Serviços Sociais	420.906	425.417
Construção	427.482	439.584
Alojamento e Alimentação	279.836	286.932
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	260.819	267.444
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	248.962	255.324
Outras Atividades De Serviços	251.551	257.608
Informação e Comunicação	120.516	122.109
Educação	74.390	76.296
Atividades Imobiliárias	64.903	66.318
Artes, Cultura, Esporte E Recreação	58.212	59.835
Água, Esgoto, Atividades De Gestão De Resíduos E Descontaminação	50.520	51.759
Indústrias Extrativas	63.042	63.707
Eletricidade e Gás	26.029	26.376
Administração Pública, Defesa E Seguridade Social	12.078	12.244
Serviços Domésticos	2.385	2.417
Títulos de dívida	56.261.545	56.261.545
Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	38.092.402	38.215.350
Total das exposições	170.673.794	171.307.068

Total das operações classificadas como ativos problemáticos

R\$ mil

	Total das operações classificadas como ativos problemáticos por regiões geográficas						Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul		
Valor das operações classificadas como ativos problemáticos ¹	116.393	14.554	44.862	1.450.007	67.576		1.693.392
Valor da provisão	42.119	6.537	13.372	163.125	22.610		247.763
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	647.860	-		647.860

R\$ mil

	Total das operações classificadas como ativos problemáticos por setor econômico	
	Valor das operações classificadas como ativos problemáticos	Valor da provisão
Pessoa Física	484.704	108.784
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca E Aquicultura	311.632	40.689
Atividades Financeiras, De Seguros E Serviços Relacionados	3.445	1.144
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	100.781	30.365
Outras Atividades De Serviços	9.662	3.524
Indústrias De Transformação	44.579	17.139
Transporte, Armazenagem E Correio	18.111	5.676
Construção	20.093	6.534
Alojamento e Alimentação	11.801	3.146
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	10.552	3.225
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	12.749	3.784
Saúde Humana E Serviços Sociais	5.343	1.215
Atividades Imobiliárias	2.269	791
Informação e Comunicação	1.973	347
Educação	2.452	952
Administração Pública, Defesa E Seguridade Social	421	82
Eleticidade e Gás	8	1
Artes, Cultura, Esporte E Recreação	2.188	721
Água, Esgoto, Atividades De Gestão De Resíduos E Descontaminação	2.328	876
Serviços Domésticos	41	14
Indústrias Extrativas	400	174
Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	647.860	18.579
Total das operações classificadas como ativos problemáticos	1.693.392	247.763

Total das exposições em atraso

R\$ mil

	Total das operações por faixas de atraso					Total
	Menor que 30 dias	Entre 31 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 365 dias	Maior que 365 dias	
Concessão de crédito	285.329	231.057	64.884	82.376	11.617	675.263
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	647.860
Total das exposições	285.329	231.057	64.884	82.376	11.617	1.323.122

Segregação do total das exposições reestruturadas

R\$ mil

Segregação do total das exposições reestruturadas

	Total
Operações classificadas como ativos problemáticos	51.442
Demais operações	2.302.775
Total das exposições reestruturadas	2.354.217

Maiores exposições

R\$ mil

Representatividade das exposições

	Exposições	% das exposições
10 maiores exposições	12.046.208	7,0%
100 maiores exposições	33.912.298	19,8%

8.4 CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Banco Sicoob utiliza o acordo bilateral como instrumento para a compensação e liquidação de obrigações, garantindo as coberturas necessárias por meio de garantias fidejussórias e colaterais financeiros, conforme os termos estabelecidos pela Resolução BCB 229/2022 e pela Circular 3.809/2016. O objetivo principal é ampliar a capacidade de recuperação do banco em operações sujeitas ao risco de crédito.

Para reduzir o risco de crédito, o banco analisa os prazos e eventuais descasamentos de saldos entre as partes, a fim de calcular a mitigação do risco no âmbito do capital regulamentar. A formalização dos instrumentos do acordo de compensação segue a Resolução BCB 229/2022 e Circular BCB 3.809/2016.

Os instrumentos utilizados são:

- Garantias reais: colaterais financeiros e contratos bilaterais.
- Garantias fidejussórias: garantias prestadas por pessoas jurídicas e instituições financeiras.

8.5 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

		R\$ mil				
		a	b	c	d	e
		Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias fidejussórias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1	Concessão de crédito	21.126.133	337.321	-	337.321	-
2	Títulos de dívida	153.515	-	-	-	-
I	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	3.976.715	-	-	-	-
II	Demais operações	-	-	-	-	-
3	Total	25.256.363	337.321	-	337.321	-
4	dos quais: ativos problemáticos	439.283	5.892	-	5.892	-

8.6 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito



Tabela CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Frequência: Semestral.

Data de Atualização: 31/12/2025

Categorias	R\$ mil											
	a		b		c		d		e		f	
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA							
	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]						
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	6.467.224	-	6.467.224	-	102.540	1,59%						
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	0,00%						
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	0,00%						
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	87.742.710	795.728	77.805.419	394.063	7.693.200	10%						
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	0,00%						
6 Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	0,00%						
6.1 Dos quais: Financiamentos especializados	281.135	-	56.227	-	56.227	100,00%						
6.2 Dos quais: outros	14.444.578	12.714.213	9.522.283	1.462.872	3.188.188	29%						
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	10.345	-	10.345	-	22.758	220,00%						
8 Exposições de varejo	23.431.866	39.063	8.247.066	39.063	7.432.300	90%						
9 Exposições garantidas por imóveis	-	-	-	-	-	0,00%						
9.1 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%						
9.2 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	0,00%						
9.3 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	1.198.693	-	1.198.693	-	321.864	26,85%						
9.4 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%						
9.5 Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	0,00%						
10 Ativos Problemáticos	809.508	647.895	337.798	64.816	445.175	111%						
11 Outros ativos	14.749.394	24.445.206	9.758.528	2.457.578	6.331.432	52%						
12 Total	149.135.452	38.642.104	113.403.583	4.418.392	25.593.684	22%						

8.7 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)

SICOOB

Tabela CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2025

		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		0%	20%	50%	100%	150%	Outros					
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	5.954.525	-	-	-	-	512.700	6.467.224				
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		20%	50%	100%	150%	Outros						
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-					
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		0%	20%	30%	50%	100%	150%	Outros				
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-				
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%	Outros			
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	36.553.351	2.527.403	5.006.008	-	-	-	297.872	44.153.804	88.538.437		
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%	Outros			
5	Titulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-			
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
		20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros	
6	Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	-	13.858.511	13.581.415	-	-	27.439.926
I	Dos quais: Financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-	-	281.135	-	-	281.135
II	Dos quais: outros	-	-	-	-	-	-	13.858.511	13.300.280	-	-	27.158.791



		Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		100%	150%	250%	400%	Outros	
7	Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	-	-	-	-	10.345	10.345

		Fator de ponderação de risco (FPR)				Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		100%	150%	400%	Outros	
8	Exposições de varejo	-	-	-	23.470.928	23.470.928

		Fator de ponderação de risco (FPR)																	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
		0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%		150%	Outros
9	Exposições garantidas por imóveis	-	350.815	186.633	595.566	-	65.131	-	313	-	-	234	-	-	-	-	-	-	-	-	1.198.693
III	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	350.815	186.633	595.566	-	65.131	-	313	-	-	234	-	-	-	-	-	-	-	-	1.198.693
III.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	350.815	186.633	595.566	-	65.131	-	313	-	-	234	-	-	-	-	-	-	-	-	1.198.693
III.b	Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.b	Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VII	Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		Fator de ponderação de risco (FPR)				Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		50%	100%	150%	Outros	
10	Ativos Problemáticos	124.729	83.665	1.249.008.833	208.185.340	1.457.402.567

		Fator de ponderação de risco (FPR)				Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		0%	20%	100%	1250%		Outros
11	Outros ativos	5.926.791	-	28.277.307	-	4.990.501	39.194.600

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

		a	b	c	d
Fator de ponderação de risco (FPR)		Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio* (ponderado pelo FPR)	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
1	Menor que 40%	95.988.439	773.149	10%	96.065.754
2	40 - 70%	5.192.111	4.304	26%	5.193.212
3	0,75	23.431.866	39.063	35%	23.445.662
4	80% - 85%	4.647.439	9.211.072	32%	7.634.458
5	90 - 100%	13.998.224	27.944.164	39%	24.908.597
6	105 - 130%	402.328	-	0%	402.328
7	1,5	5.464.701	670.353	70%	5.934.557
8	2,5	10.345	-	0%	10.345
9	4	-	-	0%	-
10	12,5	-	-	0%	-
11	Exposição total	149.135.452	38.642.104	35%	163.594.913

* Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

9. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

9.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Banco Sicoob possui metodologia interna que estabelece risco e limite de crédito para bancos e outros emitentes (contraparte) de títulos negociados na tesouraria. A metodologia interna de avaliação do risco de contraparte considera indicadores econômico-financeiros, avaliações de empresas de classificação de risco e outros dados publicados. As classificações de riscos são revisadas periodicamente, de acordo com o porte e o nível de risco da contraparte.

9.2 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

SICOOB						
Tabela CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada						
Frequência: Semestral						
Data de Atualização: 31/12/2025						
R\$ mil						
	a	b	d	e	f	
	Valor de reposição	Exposição potencial futura	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA	
1	Abordagem SA-CCR	-	-	1.4	-	-
1.1	Abordagem CEM	-	-	-	-	-
3	Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	48.710.232	11.867
4	Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	-	-
6	Total					11.867

9.3 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

SICOOB										
Tabela CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco										
Frequência: Semestral										
Data de Atualização: 31/12/2025										
R\$ mil										
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									Total
	a	b	c	d	d1	e1	f	g	h	
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	3.647	-	-	-	8.220	-	-	11.867
Pessoa jurídica não financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	3.647	-	-	-	8.220	-	-	11.867

9.4 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

SICOOB						Tabela CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte					
Frequência: Semestral						Data de Atualização: 31/12/2025					
						R\$ mil					
a		b		c		d		e		f	
Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações comprometidas e de empréstimo de ativos							
Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição				Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte				Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte	
Apartados		Não apartados		Apartados		Não apartados					
Depósitos – moeda nacional		-		-		-		-		-	
Depósitos – outras moedas		-		-		-		-		-	
Títulos públicos federais		-		-		-		11.867		-	
Títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais		-		-		-		-		-	
Títulos privados		-		-		-		-		-	
Ações		-		-		-		-		-	
Outros colaterais		329		-		-		-		-	
Total		329		-		-		11.867		-	

9.5 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

SICOOB		Tabela CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	
Frequência: Semestral		Data de Atualização: 31/12/2025	
		R\$ mil	
		a	b
		Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocial		-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)		-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade		-	-
Swaps de taxa de retorno total		-	-
Valor de nocional total		-	-
Valor Justo		-	-
Valor justo positivo (ativo)		-	-
Valor justo negativo (passivo)		-	-

O Banco Sicoob não possui exposição em derivativos de crédito.

9.6 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

		R\$ mil	
		a	b
		Exposição após mitigação	RWA
1	Exposições a QCCPs (total)		329
2	Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	-	-
3	(i) Derivativos de balcão	-	-
4	(ii) Derivativos padronizados	911.646	329
5	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
I	(iv) Demais operações	-	-
7	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
8	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
9	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
10	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
11	Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
12	Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13	(i) Derivativos de balcão	-	-
14	(ii) Derivativos padronizados	-	-
15	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
II	(iv) Demais operações	-	-
17	Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
18	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
19	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

10. Exposições de Securitização

10.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

O conglomerado Banco Sicoob não realiza esse tipo de operação.

11. Risco de Mercado

11.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado

O Banco Sicoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

São classificadas na carteira de negociação:

- a) as operações com derivativos, exceto as operações de *hedge* da carteira bancária;
- b) as operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento;
- c) as aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

Para as parcelas de riscos de mercado RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} , RWA_{ACS} , RWA_{DRC} e RWA_{CVA} são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

As empresas que compõem o conglomerado, com exceção do Banco Sicoob, não possuem operações na carteira de negociação e nem derivativos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:
 - valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - limites máximos de risco de mercado;
 - aplicação de cenários de estresse.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de mercado;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de mercado.

Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo mecanismos de comunicação interna utilizados

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

11.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado



Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Frequência: Trimestral


Data de Atualização: 31/12/2025

		RWA_{MPAD} dez-25	RWA_{MPAD} set-25
1 Taxas de juros		16.484	14.656
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	2.294	2.056
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	14.190	12.600
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-
2 Preços de ações (RWA_{ACS})		-	-
3 Taxas de câmbio (RWA_{CAM})		555.730	312.798
4 Preços de mercadorias (RWA_{COM})		-	-
5 RWA_{DRC}		-	-
6 RWA_{CVA}		-	-
9 Total		572.213	327.454

O aumento de R\$ 244,7 milhões no RWA_{CAM} em relação ao trimestre anterior, ocorreu devido ao crescimento das operações de linhas de crédito de financiamento de comércio exterior e do aumento das disponibilidades em moeda estrangeira.

11.3 Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função o *hedge* dos riscos das carteiras bancárias e de negociação dos principais fatores de risco (câmbio e taxa de juros).

 ←				
Informações quantitativas dos derivativos classificados nas carteiras de negociação e bancária Frequência: Trimestral Data de Atualização: 31/12/2025				
R\$ mil				
Derivativos no Brasil - Com Contraparte Central				
Fatores de Risco	dez-25		set-25	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices	-	-	-	-
Câmbio	-	(207.413)	-	(162.258)
Taxa de juros	207.413	(906.467)	162.258	(888.721)
Commodities	-	-	-	-

12. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

12.1 IRRBBA: Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB

Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos

Define-se o risco de variação das taxas de juros (IRRBB) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No processo de gerenciamento do IRRBB, o Banco Sicoob utiliza as abordagens de valor econômico e de resultado da intermediação financeira.

- a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária;
- b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O acompanhamento do risco de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- c) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- d) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- e) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- f) testes de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária para avaliar a sensibilidade aos limites definidos na RAS.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle do risco de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição. Os resultados apresentados nos relatórios de inspeção são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

A área de planejamento financeiro é responsável pela gestão dos descasamentos entre os fluxos dos ativos e passivos, avaliados por faixa de prazos e fatores de riscos, bem como desempenha o controle e mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de ALM (*Asset and Liability Management*).

Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB

As abordagens do valor econômico (Δ EVE) e de resultado de intermediação financeira (Δ NII) são calculadas diariamente e avaliadas em relação aos limites definidos na RAS e às demais métricas de análise de sensibilidade (*DV01- Delta Variation*) e resultado de perdas e ganhos embutidos (EGL), para avaliação de comportamentos do risco e resultado da carteira bancária.

Descrição dos cenários de choques e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (Δ EVE) e no resultado de intermediação financeira (Δ NII) da instituição

Para o cálculo do IRRBB são aplicados choques na estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) para a simulação de cenários possíveis, respeitando as diretrizes estabelecidas e observando os requisitos mínimos definidos pela regulação do IRRBB.

Para mensuração do Δ EVE, são aplicados os choques com base nos cenários padronizados e internos:

- Paralelo de Alta (aumento das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Paralelo de Baixa (redução das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Alta do Curto Prazo (aumento das taxas de juros de curto prazo);
- Baixa do Curto Prazo (redução das taxas de juros de curto prazo);
- Steepener (redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo);
- Flattener (aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo).

Para mensuração do Δ NII, são aplicados os choques com base nos cenários padronizados e internos:

- Paralelo de Alta (aumento das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Paralelo de Baixa (redução das taxas de juros de curto e de longo prazo).

Descrição e implicações direcionadas das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1.

Não há premissas diferentes.

Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz *hedge* de suas exposições ao IRRBB, bem como, tratamento contábil de tais operações

Com o objetivo de mitigar o risco de variação das taxas de juros (IRRBB) e manutenção dos níveis de risco das exposições ao IRRBB, dentro dos limites definidos na RAS, são realizadas operações de hedge com derivativos (contratos futuros de DI). As operações são classificadas como hedge contábil de fluxo de caixa, sendo realizado o monitoramento contínuo da efetividade do hedge e os impactos nas demonstrações contábeis.

Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para parametrização, no cálculo do Δ EVE e Δ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1

No cálculo do IRRBB, os depósitos sem vencimento são modelados considerando suas classificações segundo sua natureza, estabilidade e distribuídos no tempo, respeitando os limites regulatórios.

A metodologia utilizada para determinar a probabilidade de pré-pagamento das operações de crédito, considera as premissas de modalidade da operação, fator de risco e distribuição histórica do valor antecipado.

Quaisquer outras informações que a instituição deseje divulgar com respeito à sua interpretação da relevância e sensibilidade das medidas de IRRRB divulgadas, além de notas explicativas sobre eventuais variações significativas no nível de IRRBB reportado em relação a datas-bases anteriores

Todas as informações relevantes foram divulgadas.

Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido

Prazo médio é de 2 (dois) anos e 5 meses;

Prazo máximo é de 5 (cinco) anos.

12.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

SICOOB				
Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB				
Frequência: Anual				
Data de Atualização: 31/12/2025				
R\$ mil				
Cenários	Choques Padronizados ¹			
	Δ EVE		Δ NII	
	dez-25	dez-24	dez-25	dez-24
Paralelo de Alta	709.385	420.968	391.144	254.250
Paralelo de Baixa	(835.907)	(440.536)	(391.144)	(275.534)
Aumento das taxas de juros de curto prazo	554.720	393.410		
Redução das taxas de juros de curto prazo	(572.871)	(399.272)		
Steeper	(177.141)	(194.395)		
Flattener	292.630	254.218		
Varição Máxima	709.385	420.968	391.144	254.250
	dez-25		dez-24	
Capital de Nível I	6.497.954		5.495.657	

As perdas potenciais estão representadas por valores positivos, enquanto que, os ganhos potenciais por valores negativos.

¹ Choques padronizados nas taxas de juros, conforme definição do "Anexo 1" da Circular BCB nº 3.876/2018.

O aumento de R\$ 288,4 milhões no Δ EVE em relação ao ano anterior, foi decorrente, principalmente, do aumento das operações de crédito prefixadas e do alongamento do prazo médio da carteira. O aumento de R\$ 136,9 milhões no Δ NII é justificado pelo crescimento dos depósitos a taxa pós-fixada.

13. Remuneração de Administradores

13.1 REMA: Política de remuneração

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Banco Sicoob (Corem Banco) é um órgão estatutário de caráter permanente, subordinado diretamente ao Conselho de Administração.

O Comitê também exerce suas atribuições e responsabilidades nas empresas controladas e fundação patrocinada que adotarem o regime de comitê de remuneração único.

Tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne à implementação, à operacionalização e à gestão da Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob.

O mandato dos integrantes do Comitê é de 3 (três) anos, podendo haver até 2 (duas) reconduções, sendo que o mandato se estende até a investidura dos novos integrantes.

O Comitê de Remuneração é composto pelos seguintes membros (data-base dezembro/2025), com encerramento do mandato em 31/12/2026:

- Aifa Naomi Uehara de Paula (coordenadora)
- Clidenor Gomes Filho
- Cláudio Halley David Pereira
- Filipe Carlos de Oliveira Ferreira Pinto
- Marcos Vinícius Viana Borges
- Tatiana Carvalho Lima de Alencar Matos

Em 2025 não foram contratadas consultorias externas para implementação e acompanhamento da política de remuneração.

Estrutura de remuneração

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob foi instituída em 10/12/2012, e sua última atualização ocorreu em 17/12/2025.

A Política:

- a) estabelece diretrizes para a fixação e o pagamento da remuneração dos administradores – diretores e conselheiros de administração (membros estatutários);
- b) é elaborada e revisada, anualmente, pelo Comitê de Remuneração do Banco Sicoob, e aprovada pelo Conselho de Administração. Na revisão desta Política, são considerados os resultados dos estudos, dos trabalhos e das propostas apresentados pelo Comitê de Remuneração do Banco Sicoob;

c) é aprovada pelo Conselho de Administração. Na revisão desta Política, são considerados os resultados dos estudos, dos trabalhos e das propostas apresentados pelo Comitê de Remuneração do Banco Sicoob;

d) aplica-se ao Banco Sicoob, às empresas controladas e à fundação patrocinada, mediante adesão expressa aprovada pelo órgão de governança responsável;

e) estabelece regras compatíveis com:

- o planejamento estratégico da entidade, alinhado com a estratégia sistêmica;
- a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da entidade, de forma a não incentivar comportamentos dos administradores que possam elevar a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotados pela entidade;
- os critérios de transparência que impeçam qualquer forma de discriminação – em particular, as baseadas em orientação sexual, identidade de gênero, etnia, raça, cor, idade, religião, entre outras.

Em 2025, a revisão anual do conteúdo da Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob, cuja última proposta de atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro/2025, teve como principais alterações a harmonização geral do documento com a Política de Remuneração sistêmica e outros ajustes textuais.

Os empregados das áreas de gerenciamento de risco, de controles internos e de conformidade (compliance) não são regidos pela política de remuneração de administradores e são remunerados através do vínculo celetista sem qualquer correlação entre a remuneração recebida e o desempenho da área de negócios.

A remuneração dos administradores das áreas de controles internos e de gestão de riscos, dos responsáveis pelas atividades relacionadas à função de conformidade e dos membros da equipe de auditoria, é determinada independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse.

Descrição de como os riscos correntes e futuros influenciam a definição da remuneração, incluindo visão geral dos principais riscos considerados, sua mensuração e como ela afeta a política de remuneração.

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob estabelece regras compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da entidade, de forma a não incentivar comportamentos dos administradores que possam elevar a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotados pela entidade.

Prevê, ainda, entre os critérios a serem observados no caso de pagamento de remuneração variável, após o encerramento de cada exercício, a compatibilidade entre os níveis de riscos (correntes e potenciais), assumidos no exercício anterior, e as respectivas políticas de gestão de riscos.

Em caso de excedente de desligamento, pagamento extraordinário de remuneração, aprovado em função do encerramento do vínculo estatutário do administrador, os critérios utilizados para aferir a criação de valor e a gestão de risco de longo prazo constarão da decisão da Assembleia Geral que deliberar sobre o pagamento.

O artigo art. 22, VII do Regimento Interno do Comitê de Remuneração, prevê, entre as atribuições do colegiado: “zelar para que a Política esteja permanentemente compatível com a Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das entidades do CCS e com as normas do Conselho Monetário Nacional”.

Para evidenciar os critérios adotados pelo Comitê, foi instituída, em 2/12/2013, a Metodologia para Avaliação do Grau de Correlação entre os Riscos Assumidos, o Desempenho e a Remuneração dos Administradores.

A Metodologia prevê, quanto aos riscos assumidos, que o Comitê verificará, por meio de relatórios disponibilizados pelas áreas técnicas:

- a) nos casos de alteração dos indicadores e limites de riscos fixados pela administração na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), a existência de estudos de impacto que demonstrem a construção de bases financeiras sustentáveis e a existência de ambiente econômico favorável;
- b) o enquadramento das operações aos indicadores e limites fixados na RAS.

Descrição da correlação entre a avaliação de desempenho e os níveis e formas de remuneração, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê que a remuneração dos administradores é composta por:

- a) os honorários (remuneração fixa), pagos sempre em espécie, por meio de realização de transferência eletrônica;
- b) benefícios: incentivos oferecidos em complemento à remuneração, os quais visam melhorar a qualidade de vida, a segurança financeira e a retribuição ao trabalho prestado pelo administrador; e
- c) o bônus e outros incentivos associados ao desempenho (remuneração variável), que, se ocorrer, deve ser definido, considerando a proporção adequada e o equilíbrio entre a remuneração fixa e a variável, não podendo ser superior à 60% do valor total da remuneração anual. O pagamento será em espécie ou em outras formas de ativo, mediante observância de fatores e critérios de mensuração de desempenho e cumprimento de metas.

Os administradores são submetidos, anualmente, a processo de avaliação de desempenho específico.

Adicionalmente, para pagamento de remuneração variável (bônus), os seguintes critérios são verificados, após o encerramento de cada exercício:

- a) o cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico da entidade, em percentual mínimo, definido pelo Conselho de Administração e aprovado pela

Assembleia Geral ou pela Reunião de Sócios.

b) no caso de diretores, cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico das respectivas áreas subordinadas, em percentual mínimo fixado pela Assembleia Geral. As metas dos administradores das áreas de Controles Internos e Conformidade, e de Gestão Integrada de Riscos são baseadas nas suas próprias funções e não no desempenho das unidades de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse;

c) o resultado satisfatório na avaliação de desempenho individual do administrador;

d) existência de lucro líquido contábil ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis pela entidade;

e) variação positiva no patrimônio líquido da instituição, livre dos efeitos das transações realizadas com proprietários;

f) relação entre os desempenhos mencionados nas alíneas a, b e c deste item e os riscos assumidos;

g) verificação:

- da capacidade de geração de fluxo de caixa positivo pela entidade para os três anos seguintes;
- de ambiente econômico favorável para a entidade e suas tendências;
- de bases financeiras sustentáveis para os três anos seguintes, ajustadas pelo pagamento da remuneração prevista na Política.

As métricas utilizadas para avaliar o desempenho geral da instituição e individual dos administradores são fixadas anualmente pela Assembleia Geral Ordinária e o resultado apurado ao término do exercício é analisado pelo Comitê de Remuneração e pelo Conselho de Administração e, em seguida, submetido à apreciação do mesmo colegiado para avaliar o eventual pagamento de remuneração variável.

Sendo aprovado o pagamento de bônus (remuneração variável) é verificada a necessidade de diferimento e, se aplicável, as seguintes diretrizes para pagamento do montante diferido serão observadas: “reversão dos pagamentos diferidos: em caso de redução significativa do desempenho dos fatores considerados para o pagamento da remuneração variável ou de ocorrência de resultado negativo da entidade ou da unidade de negócios durante o período de diferimento, as parcelas diferidas não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução do desempenho”.

Descrição do processo para adequar a remuneração ao desempenho de longo prazo, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê as seguintes diretrizes para diferimento da remuneração variável:

Sendo o pagamento de bônus e o montante a ser pago aprovados pela Assembleia Geral, as seguintes diretrizes para diferimento serão observadas:

a) se o montante definido for igual ou inferior a 10% (dez por cento) da remuneração total anual recebida pelo administrador: neste caso o diferimento do pagamento será opcional, e o período, se existir, estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

b) se o montante definido for superior a 10% (dez por cento): neste caso no mínimo 40% (quarenta por cento) desse pagamento será diferido para pagamento futuro, da forma a seguir, observados os percentuais de escalonamento previstos nos normativos editados pelo BCB, caso sejam aplicáveis:

- período de diferimento: mínimo de 3 (três) anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. Os pagamentos serão efetuados de forma escalonada, em parcelas proporcionais ao período de diferimento;
- reversão dos pagamentos diferidos: no caso de redução significativa do desempenho dos fatores considerados para pagamento da remuneração variável ou de ocorrência de resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios durante o período de diferimento, as parcelas diferidas não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução do desempenho.

Descrição das diferentes formas de remuneração variável adotadas e as razões para sua utilização, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê que o bônus (remuneração variável), se ocorrer, deve ser definido, considerando a proporção adequada e o equilíbrio entre a remuneração fixa e a variável, não podendo ser superior à 60% do valor total da remuneração anual. O pagamento será em espécie ou em outras formas de ativo, mediante observância dos fatores descritos.

Outros incentivos associados ao desempenho (remuneração variável), caso aprovado o pagamento pelo Conselho de Administração, em consonância com as deliberações apreciadas pela Assembleia Geral ou pela Reunião de Sócios, também deve observar as diretrizes contidas na Política de Remuneração.

Em caso de excedente de desligamento, ou seja, daquele pagamento extraordinário de remuneração, aprovado em função do encerramento do vínculo estatutário do administrador, as diretrizes contidas nas alíneas a, b, c e f do item 6 da Política de Remuneração serão substituídas pela verificação da compatibilidade do desempenho do administrador ao longo do tempo, com a criação de valor à entidade e com a gestão de risco de longo prazo. Os critérios utilizados para aferir a criação de valor e a gestão de risco de longo prazo constarão da decisão que deliberar sobre o pagamento.

Outros incentivos a administradores somente serão fixados e pagos em caráter excepcional, por ocasião da eleição ou da transferência de administrador para outra área, cidade ou entidade do Sicoob, limitada ao primeiro ano após o fato que der origem à justificativa para o seu pagamento.

13.2 REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

		R\$ mil	
		a	b
Remuneração		Diretoria	Conselho de administração
1	Número de pessoas	7	14
2	Total da remuneração fixa (3 + 4 + 5)	12.146	6.338
3	Remuneração fixa Da qual: em espécie	12.146	6.338
4	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
5	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
6	Número de pessoas	7	14
7	Total da remuneração variável (8 + 10 + 12)	1.239	0
8	Da qual: em espécie	1.239	-
9	Remuneração da qual: diferida	-	-
10	Remuneração variável Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
11	da qual: diferida	-	-
12	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
13	da qual: diferida	-	-
14	Remuneração total (2 + 7)	13.386	6.338

13.3 REM2: Pagamentos extraordinários

		R\$ mil					
		Bônus garantidos em transferência interna		Bônus garantidos em contratação		Pagamentos por desligamento	
Pagamentos extraordinários		Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total
Diretoria		-	-	1	180.517	-	-
Conselho de Administração		-	-	-	-	-	-

13.3 REM3: Remuneração diferida

SICOOB					
Tabela REM3: Remuneração diferida					
Frequência: Anual					
Data de Atualização: 31/12/2025					
	R\$ mil				
	a	b	c	d	e
Remuneração diferida	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria	-	-	-	-	-
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração	-	-	-	-	-
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Não há pagamento diferido no Banco Sicoob.

14. Risco Operacional

14.1 ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

Devem ser descritas as políticas e estratégias de gerenciamento do risco operacional conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e na Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, destacando:

As políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional.

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A Política Institucional de Risco Operacional tem por objetivo estabelecer as diretrizes aplicáveis ao gerenciamento do Risco Operacional das entidades do Sicoob.

Em complemento à Política, a instituição implementou o Manual de Risco Operacional, que tem por finalidade estabelecer padrões para a instrumentalização do gerenciamento do Risco Operacional pelas entidades do Sicoob.

A estrutura organizacional, incluindo papéis e responsabilidades do pessoal da instituição no gerenciamento e controle do risco operacional.

A estrutura organizacional de gerenciamento e controle do risco operacional está definida com a atribuição das seguintes responsabilidades às áreas descritas abaixo:

a) Área de Risco Operacional e GCN:

- a.1) apresentar ao Conselho de Administração, por meio da Diretoria Executiva, o acompanhamento do encerramento do ciclo, bem como as informações mensais de perdas operacionais do Sicoob;
- a.2) orientar e atuar como facilitador dos trabalhos de identificação, avaliação e tratamento dos riscos operacionais, realizados nas áreas da instituição;
- a.3) analisar as informações relatadas pelas áreas da instituição, propondo alterações, solicitando justificativas (quando necessário) e verificando a coerência das análises realizadas pelos respectivos gestores;
- a.4) documentar e armazenar as informações de perdas associadas ao risco operacional;
- a.5) identificar e avaliar os riscos operacionais dos novos produtos e serviços, ou de alterações relevantes em produtos e serviços existentes, quando demandado;
- a.6) elaborar o Relatório Analítico de Risco Operacional (RARO), quando identificada a materialização de riscos operacionais, ou notificado pelas áreas negociais, com análise das falhas identificadas;
- a.7) realizar treinamento quanto à metodologia de risco operacional.

b) Área de Auditoria Interna:

- b.1) avaliar a adequação do gerenciamento do Risco Operacional, bem como o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

c) Gestores das áreas da instituição (TI, Banco Sicoob, empresas controladas e fundação patrocinada):

- c.1) assegurar que, em suas áreas, os riscos operacionais sejam identificados, avaliados e tratados adequadamente, desenvolvendo e implementando de forma efetiva e tempestiva as ações para o tratamento das suas causas e monitorando a efetiva execução dos controles já implementados;
- c.2) aprovar os registros de perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais ocorridas;
- c.3) arquivar a documentação que evidencia a implementação das ações de controle;
- c.4) executar as regras estabelecidas no Manual de Terceirização de Serviços quanto aos critérios para a seleção dos prestadores e as condições mínimas para contratação, com o intuito de mitigar o Risco Operacional; e
- c.5) informar valores de expectativas de perdas operacionais para a composição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

Sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional.

O Risco Operacional é avaliado por meio da metodologia de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais, além de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Bialmente, há a revisão dos riscos identificados e o diagnóstico de novos riscos:

a) Identificação, avaliação e tratamento de riscos:

Realizados pelos gestores das áreas, sob a coordenação da Área de Risco Operacional. Bienalmente, ocorrem a revisão dos riscos identificados e o diagnóstico de novos riscos, considerando:

- a.1) base dos riscos disponíveis no módulo Risco Operacional do Sistema;
- a.2) o mapeamento dos processos internos da entidade, quando possuir;
- a.3) as perdas operacionais registradas no Sistema;
- a.4) os pontos de aprimoramento relatados pelas auditorias interna e externa, pela Área de Controles Internos e pelo Banco Central do Brasil (BCB) acerca da entidade;
- a.5) as informações recebidas da Ouvidoria sobre ocorrências de atos ilícitos contra a administração pública, praticados pelas cooperativas, quando do envio dos relatórios, conforme o Manual de Sistema de Ouvidoria;
- a.6) as ações judiciais movidas contra a entidade;
- a.7) os relatórios de incidente, quando possuir; e
- a.8) o questionário aplicado pela Área de Privacidade de Dados da Instituição junto aos fornecedores que dão suporte aos processos críticos da Gestão de Continuidade de Negócios.

São identificados os riscos operacionais, as causas, os controles existentes, as sugestões de implementação de novos controles e a identificação de oportunidades de melhoria.

Os riscos operacionais identificados são avaliados utilizando a Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais. Para os riscos classificados como Alto e Médio, os gestores devem tratá-los por meio de ações adequadas e necessárias para o aprimoramento dos processos e a minimização das vulnerabilidades. A evidenciação do processo de identificação, avaliação e tratamento dos riscos operacionais é feita por meio de relatórios, os quais são assinados e validados pelos gestores imediatos.

b) Documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:

Trata-se da comunicação das perdas operacionais, pelos gestores de cada área, à área de gerenciamento do risco operacional, quando da sua identificação, com informações de causas, controles e ou planos de ação.

Esse processo envolve: a análise das comunicações e da documentação das informações que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade do registro de perdas operacionais; e o controle das perdas operacionais efetivas, realizado junto à área de Administração e Contadoria, com conciliação entre os dados de perdas registradas no sistema operacional de gerenciamento de riscos operacionais com os registros contábeis.

No processo de gerenciamento do Risco Operacional, é utilizado o Sistema de Serviços Financeiros do Sicoob (Sisbr 2.0), com a Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC).

A PGPC, no módulo Risco Operacional, auxilia no processo de gerenciamento do Risco Operacional. Nela, são realizadas as etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

O escopo e contexto dos relatórios gerenciais enviados para a diretoria, o comitê de riscos, e o conselho de administração, incluindo sua periodicidade, os critérios para inclusão de informações referentes às perdas operacionais relevantes e os incidentes que tenham ensejado reportes extraordinários.

Como parte do gerenciamento do Risco Operacional, são realizados reportes ao Comitê de Riscos (CORIS), à Diretoria Executiva (Direx) e ao Conselho de Administração (CA), as seguintes informações e sua periodicidades:

- Monitoramento de todos os registros de perdas operacionais e de recuperações de perdas operacionais. Periodicidade: mensal;
- Mapeamento dos riscos operacionais, controle e das ações para o tratamento, a identificação, avaliação e o tratamento dos riscos operacionais. Periodicidade: bienal; e
- Relatório Analítico de Risco Operacional (RARO), com a análise das falhas identificadas de eventos de risco e as ações de mitigação, quando aplicável. Periodicidade: quando houver ocorrência.

Estratégias de mitigação do risco operacional, como políticas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de terceirização, programas de capacitação, e o estabelecimento de controles do risco operacional.

A cultura de riscos tem sido amplamente disseminada por meio de cursos, treinamentos e seminários ministrados sobre o tema a todos os níveis do sistema cooperativo Sicoob.

A Diretoria, em conjunto com o Conselho de Administração, promove ações educacionais tanto presenciais, online e por meio da plataforma Sicoob Universidade.

Os cursos, treinamentos e seminários são ofertados periodicamente, com destaque para as ações educacionais obrigatórias, que possuem prazos definidos para conclusão. Essas ações são acompanhadas e monitoradas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que todos os colaboradores realizem as capacitações obrigatórias relacionadas à gestão de riscos.

14.2 OR1: Histórico de perdas operacionais

SICOOB
Tabela OR1: Histórico de perdas operacionais
Frequência: Anual.
Data de Atualização: 31/12/2025

R\$ mil

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k
	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	Média dos últimos 10 períodos anuais
Com limiar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)											
1 Valor da perda líquida	20.215	28.003	35.055	140.961	35.500	47.223	33.444	33.398	31.605	12.519	41.792
2 Número de eventos de perda operacional	23	34	26	30	27	21	16	25	21	15	24
3 Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 Número de eventos de perda descartados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Valor da perda líquida considerando eventos descartados	20.215	28.003	35.055	140.961	35.500	47.223	33.444	33.398	31.605	12.519	41.792
Com limiar de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)											
6 Valor da perda líquida	17.597	21.913	32.426	138.297	33.814	44.962	32.656	31.153	29.852	11.774	39.444
7 Número de eventos de perda operacional	7	5	11	17	19	13	14	16	14	12	13
8 Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Número de eventos de perda descartados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Valor da perda líquida considerando eventos descartados	17.597	21.913	32.426	138.297	33.814	44.962	32.656	31.153	29.852	11.774	39.444
Detalhes do cálculo do RWA_{OPAD}											
13 Limiar de perdas utilizado no cálculo do ILM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).	272.793										

14.3 OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)

SICOOB
Tabela OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)
Frequência: Anual
Data de Atualização: 31/12/2025

R\$ mil

	a	b	c
	2025	2024	2023
BI e componentes			
1 Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	1.232.522		
1a Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	15.374.706	12.679.790	10.632.421
1b Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	(13.959.063)	(11.494.525)	(9.963.482)
1c Ativos geradores de juros (IEA)	140.626.797	115.596.229	90.721.410
1d Receitas de participações (DI)	182.367	132.069	113.283
2 Componente de serviços (SC)	2.383.376		
2a Receita de serviços (FI)	1.909.705	1.714.630	1.742.877
2b Despesa de serviços (FE)	(558.039)	(527.340)	(822.857)
2c Outras receitas operacionais (OOI)	621.153	506.881	654.881
2d Outras despesas operacionais (OOE)	(314.840)	(160.214)	(309.403)
3 Componente financeiro (FC)	44.690		
3a Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	82.172	10.087	7.135
3b Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	(22.605)	(6.366)	(5.705)
4 Indicador de Negócios (BI)	3.660.588		
5 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	439.271		
Divulgação relativa ao BI			
6c Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-

14.4 OR3 - requerimento de capital para o risco operacional



Tabela OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2025

R\$ mil

a

1	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	439.271
2	Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1
3	Requerimento de capital para o risco operacional	385.460
4	RWAOPAD	4.818.249